

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	11
<i>Advertência</i>	13
<i>Primeira parte — Noções preliminares</i>	15
Capítulo I. Os bens econômicos e a riqueza	17
A. A ciência econômica	17
B. Os bens econômicos	25
C. A riqueza: patrimônio e renda	30
Capítulo II. Consumo, produção, poupança e investimento	33
A. Consumo e produção	33
B. Poupança e investimento	37
Capítulo III. O sistema econômico	43
A. Natureza e funções gerais de um sistema econômico	43
B. Sistemas-tipo e economias reais	48
<i>Segunda parte - O sistema-tipo mercantil simples</i>	51
Capítulo I. A divisão do trabalho e a troca	53
Capítulo II. O mercado	59
A. A demanda	59
B. A oferta	65
	5

Capítulo III. A concorrência e o equilíbrio.....	71
A. A concorrência perfeita	71
B. Equilíbrio parcial e equilíbrio geral	74
C. A poupança e o investimento. O juro	81
D. A função do sistema de preços	90
<i>Terceira parte - O sistema-tipo capitalista</i>	95
Capítulo I. Características gerais	97
A. O capital.....	97
B. Estruturas do sistema	99
Capítulo II. O mercado	105
A. A empresa capitalista	105
B. O equilíbrio parcial de curto prazo	111
C. O equilíbrio parcial de longo prazo	122
Capítulo III. As formas de renda	133
A. A renda da terra.....	133
B. O salário	140
C. O lucro	143
Capítulo IV. Os investimentos e o desenvolvimento	163
A. O desenvolvimento quantitativo	163
B. O desenvolvimento qualitativo. As inovações	167
Capítulo V. O juro	177
Capítulo VI. O equilíbrio econômico geral	181
Capítulo VII. As crises econômicas	187
A. A lei de Say	187
B. As crises	190
Capítulo VIII. A função do sistema de preços.....	193
<i>Quarta parte — O sistema-tipo planificado</i>	197
Capítulo I. Características essenciais	199
Capítulo II. Centralização e descentralização .	209
<i>Quinta parte — As economias de mercado</i>	213
Capítulo I. Características gerais	215

Capítulo II. As	
A. O mon	
B. A conc	
C. O oligo	
D. Inovaç	
Capítulo III. C	
A. Os sinc	
B. Salário	
C. Efeitos	
Capítulo IV. A	
Capítulo V. As	
A. Os cicl	
B. O mec	
Capítulo VI. C	
A. Capital	
B. O cons	
de deso	
<i>Sexta parte — A :</i>	
Capítulo I. O ·	
A. Genera	
B. Valor c	
C. Inflaçã	
Capítulo II. O:	
A. O siste	
B. O siste	
Capítulo III. C	
A. Genera	
B. Os bar	
C. O cont	
D. Os bar	
E. A funci	
bancos	
F. O banc	
G. O mer	
de valc	

Capítulo II. As formas de mercado	219
A. O monopólio	219
B. A concorrência monopolística	227
C. O oligopólio	232
D. Inovações e concorrência dinâmica	238
Capítulo III. O salário	245
A. Os sindicatos	245
B. Salário e produtividade do trabalho	249
C. Efeitos dos movimentos salariais	259
Capítulo IV. As formas de renda	263
Capítulo V. As flutuações cíclicas	271
A. Os ciclos econômicos	271
B. O mecanismo das flutuações	274
Capítulo VI. O desenvolvimento	283
A. Capitalismo e desenvolvimento	283
B. O consumo no processo de desenvolvimento	284
<i>Sexta parte — A moeda e o crédito</i>	289
Capítulo I. O valor da moeda	291
A. Generalidades sobre a moeda	291
B. Valor da moeda e nível de preços	293
C. Inflação e deflação	300
Capítulo II. Os sistemas monetários	303
A. O sistema de padrão ouro	303
B. O sistema de papel-moeda inconvertível ..	311
Capítulo III. O crédito	317
A. Generalidades e observações históricas	317
B. Os bancos emissores	321
C. O controle da circulação	325
D. Os bancos comerciais	329
E. A função monetária dos bancos comerciais	336
F. O banco misto	341
G. O mercado financeiro: a bolsa de valores	344

H. O mercado financeiro: as instituições de crédito a médio e longo prazo	351
I. Os seguros	352
<i>Sétima parte — As relações econômicas internacionais</i>	<i>355</i>
Capítulo I. As vantagens do comércio internacional	357
A. A divisão internacional do trabalho	357
B. A teoria das vantagens comparativas	361
C. A determinação dos preços no mercado internacional	370
D. Observações à teoria das vantagens comparativas	374
E. Trocas e concorrência no mercado internacional	379
F. Referência às questões de dinâmica	383
Capítulo II. Os pagamentos internacionais	387
A. O balanço de pagamentos	387
B. Os pagamentos em regime de padrão ouro	391
C. A teoria de Cassel	392
Capítulo III. A regulamentação das trocas	397
A. Os instrumentos de intervenção	397
B. As relações econômicas internacionais após a Segunda Guerra Mundial	400
C. Questões relativas ao atual sistema de pagamentos internacionais	405
<i>Oitava parte — A política econômica</i>	<i>413</i>
Capítulo I. Introdução	415
Capítulo II. A intervenção anticíclica	419
A. A função anticíclica da despesa pública	419
B. As características da despesa pública anticíclica	421

Capítulo III. A esta
A. A inflação
B. A política c
Capítulo IV. A pro
A. Os desequi
B. Os desequi
C. A política c

*Nona parte — As eco
e as economias su*

Capítulo I. As ecor
A. Estrutura e
B. Problemas
Capítulo II. As ecc
A. O desequilí
B. Característic
países subc
C. As condiçõe
do desenvc
D. A programa
E. O capital es

Capítulo III. A estabilidade monetária	429
A. A inflação de custos	429
B. A política de rendas	432
Capítulo IV. A programação	435
A. Os desequilíbrios no desenvolvimento	435
B. Os desequilíbrios no consumo	437
C. A política de programação	440
 <i>Nona parte — As economias planificadas</i>	
<i>e as economias subdesenvolvidas</i>	445
Capítulo I. As economias planificadas	447
A. Estrutura e funcionamento	447
B. Problemas apresentados	449
Capítulo II. As economias subdesenvolvidas	461
A. O desequilíbrio econômico mundial	461
B. Características essenciais dos países subdesenvolvidos	464
C. As condições técnicas e econômicas do desenvolvimento	467
D. A programação do desenvolvimento	473
E. O capital estrangeiro	476

PREFÁCIO

A intenção que presidiu a preparação do presente texto foi a de fornecer ao estudante de nível superior (e, mais em geral, ao leitor culto que deseja tomar um primeiro contato com a economia política) um tratado, elementar certamente, mas também crítico. Isto é, um tratado que evidenciasse o caráter problemático próprio de muitas partes da teoria e da política econômica. É convicção do autor que muitas das questões que são correntemente debatidas nas discussões científicas podem ser expostas, pelo menos nos seus termos essenciais, também em nível elementar. E que uma semelhante exposição pode, no plano didático, obter resultados importantes do ponto de vista formativo.

O texto, portanto, mais que a fórmulas e proposições definitivas, é dedicado a questões e problemas sobre os quais a reflexão e o julgamento de quem o lê possam exercitar-se. Sobretudo onde as sistematizações científicas alcançadas o permitiam, mas em geral em todo o tratado, procurou-se cuidar de modo particular do rigor lógico, na convicção de que a aprendizagem real é mais difícil quando a exposição é "simplificada" a ponto de saltar passagens essenciais, do que quando ela considera, na sua integridade, o processo racional que conduziu a certas conclusões. Onde a situação teórica se apresenta particularmente controvertida

(como na teoria do lucro, por exemplo), preferiu-se expor as principais posições que se sucederam historicamente.

Os argumentos apresentados nos programas ministeriais para as instituições técnico-econômicas foram todos incluídos no tratado, dando particular destaque a algumas questões, como a teoria das formas de mercado, a teoria do equilíbrio econômico geral, a teoria do desenvolvimento econômico e a teoria das flutuações cíclicas. Em matéria de política econômica considerou-se oportuno insistir sobre as questões hoje mais relevantes, em particular sobre todas aquelas ligadas à programação econômica. Além disso, uma certa atenção foi dedicada a questões que pareceram particularmente importantes para a compreensão das situações e da evolução econômica contemporânea, como a da planificação. A parte final do volume foi dedicada a uma análise da situação econômica italiana, com referência tanto aos problemas teóricos, que se apresentam como relevantes para a sua interpretação, quanto aos problemas de política econômica, que são correntemente debatidos*.

Alguns parágrafos (muito poucos) são dedicados a temas de uma certa dificuldade: estão assinalados com um asterisco, e podem ser omitidos sem que a compreensão do resto do volume seja prejudicada.

O autor será grato a todos aqueles que desejarem assinalar insuficiências, omissões e imperfeições.

Ancona, Universidade, fevereiro de 1967.

Cláudio Napoleoni

*Esta parte, pela sua especificidade, foi suprimida da presente edição.
(N. do T.)

ADVERTÊNCIA

Esta segunda edição de menor destaque, primeira edição, algumas particularizadas descrições internacionais, e uma econômica italiana em ambos os casos, fazer mais próximo às intencões atuais.

Nápoles, Universidade

ADVERTÊNCIA À SEGUNDA EDIÇÃO

Esta segunda edição, além de várias correções e acréscimos de menor destaque, contém a mais, em relação à primeira edição, alguns parágrafos dedicados a uma mais particularizada descrição dos atuais problemas monetários internacionais, e uma atualização da análise da evolução econômica italiana em todo o ano de 1967. Desejou-se, em ambos os casos, fazer um esforço para tornar o texto ainda mais próximo às interpretações dos problemas econômicos atuais.

Nápoles, Universidade, junho de 1968.

Cláudio Napoleoni

PRIMEIRA PARTE
NOÇÕES PRELIMINARES

I

OS BENS ECONÔMICOS E A RIQUEZA

A. A ciência econômica

1. A ciência econômica estuda, *de um ponto de vista particular*, as atividades que os homens desenvolvem para satisfazer suas necessidades.

A expressão “de um ponto de vista particular” é essencial nesta definição; já que as atividades que os homens desenvolvem para satisfazer suas necessidades podem ser estudadas não só de um, mas de vários pontos de vista.

Por exemplo, pode-se estudar de que modo, utilizando-se certas leis naturais (físicas, químicas ou biológicas), é possível transformar certos objetos, não imediatamente utilizáveis para satisfazer necessidades humanas, em outros objetos que são, ao contrário, imediatamente utilizáveis com este objetivo. Assim, pode-se estudar através de que processos é possível utilizar um lote de terra, sementes, adubos etc., assim como, naturalmente, certa quantidade de trabalho humano com alguma qualificação, para obter trigo, e através de que outros processos é possível, do trigo, chegar ao pão, que é um objeto capaz de satisfazer imediatamente uma certa necessidade humana. Ou pode-se examinar de que modo do aço, do alumínio e de outras matérias-primas, utilizando-se certa maquinaria, o

trabalho humano pode, ao final, obter um automóvel. Podem-se dar, é claro, numerosíssimos outros exemplos que o leitor certamente não se cansará de imaginar. Ora, estudos deste tipo têm a ver com a atividade que os homens desenvolvem para satisfazer suas necessidades, mas o ponto de vista que representam não pertence à ciência econômica, nem é o que a caracteriza. Este ponto de vista, como o leitor terá provavelmente reconhecido, é o da *tecnologia*.

Outros exemplos: os homens, desenvolvendo suas atividades dirigidas à produção de objetos que servem à satisfação de suas necessidades, entram em certas relações recíprocas que, em toda convivência civil, são reguladas por leis. Assim, quando uma pessoa aluga um apartamento para satisfazer sua própria necessidade de habitação, sabe que deve assinar um contrato — o contrato de locação — que deve corresponder a certas normas que são indicadas na legislação do país no qual este contrato está estipulado. Analogamente, se várias pessoas, cada uma possuindo um certo capital, decidem constituir uma sociedade, cujo objetivo é exercer uma certa atividade produtiva, sabem que ela deve ser constituída segundo certas regras e que sua atividade deve desenvolver-se segundo certas normas. Regras e normas que são também indicadas em uma determinada legislação. Existe, é claro, o estudo de tal legislação, e portanto de todas as regras e normas de que é constituída, e dos princípios nos quais se inspiram. Ora, também um tal estudo tem a ver com a atividade que os homens desenvolvem para satisfazer suas necessidades. Mas este estudo representa um ponto de vista que não é o da ciência econômica: representa o ponto de vista de uma outra disciplina que, como o leitor terá reconhecido, é o *direito*.

Um terceiro exemplo: os fins que os homens se propõem para satisfazer suas necessidades, e os meios que empregam para consegui-los, podem ser bons ou maus. Há uma consideração da atividade humana que tem o objetivo de avaliar se ela é boa ou não. Tampouco esta consideração

representa, é claro, trata-se, com efe

Estes divers
considerar a ati
próprios da ciê
ro no curso des
derado irreleva
ora, todavia, n
em que consist
da atividade hu

Para tanto
circunstâncias f

1) *As neces
de infinito dese
tipas é uma ci
dente por um
realidade huma
dado. Os hom
se vestir, de n
de se instruir,
no âmbito de
des é sempre
particulares e e
alimentarem de
vem ser obser
por exemplo, z
des mínimas d
minas, etc.).
necessidades 1
em cada mom
do tempo. As
certamente as
a disponibili
ser considerad
no, pode ser
milde trabalh
escreveu por*

representa, é claro, o ponto de vista da ciência econômica: trata-se, com efeito, de consideração própria da *moral*.

Estes diversos pontos de vista, estes vários *modos* de considerar a atividade humana, não são portanto aqueles próprios da ciência econômica, ainda que, como ficará claro no curso deste tratado, nenhum deles possa ser considerado irrelevante para a própria ciência econômica. Por ora, todavia, nosso objetivo consiste em procurar definir em que consiste aquele modo particular de consideração da atividade humana que é próprio da ciência econômica.

Para tanto é necessário considerar as duas seguintes circunstâncias fundamentais:

1) *As necessidades humanas são múltiplas e suscetíveis de infinito desenvolvimento.* Que as necessidades são múltiplas é uma circunstância que resulta imediatamente evidente por uma consideração, ainda que superficial, da realidade humana, tal como se apresenta em cada momento dado. Os homens têm necessidade de se alimentar, de se vestir, de morar em uma casa, de constituir família, de se instruir, de descansar, de se divertir, etc. Ademais, no âmbito de cada uma destas categorias de necessidades é sempre possível individualizar necessidades mais particulares e específicas. Assim, não basta aos homens se alimentarem de qualquer maneira, mas na alimentação devem ser observados certos requisitos que dizem respeito, por exemplo, à disponibilidade de determinadas quantidades mínimas dos vários elementos nutritivos (calorias, vitaminas, etc.). Mas deve também ficar claro que as necessidades não apenas se apresentam como múltiplas em cada momento dado, como se desenvolvem ao longo do tempo. As necessidades do homem de hoje não são certamente as mesmas do homem de dois mil anos atrás. E a disponibilidade de bens que nos tempos antigos podia ser considerada digna de um rico, ou talvez de um soberano, pode ser considerada intolerável até para o mais humilde trabalhador. Um grande economista inglês que escreveu por volta do fim do século XVIII, Adam Smith,

deu estes exemplos para mostrar a evolução sofrida pelas necessidades ao longo da história: "O que uma vez foi um castelo da família Seymour é agora uma pousada na estrada de Bath. O leito nupcial de Jaime I, rei da Inglaterra, que a rainha, sua esposa, trouxe consigo da Dinamarca como presente digno de ser dado por um soberano a outro, era, há poucos anos, o ornamento de uma cervejaria em Dunfermline". E mais: que país do mundo se contentaria hoje de dar instrução aos seus cidadãos mediante livros escritos a mão, com todas as gravíssimas limitações que isto comportaria? A imprensa tornou-se, portanto, uma necessidade e, mais que isso, uma necessidade essencial. E, nas sociedades mais avançadas, quem hoje pensaria poder viajar com meios cuja velocidade depende dos animais de tiro? A locomoção por meios mecânicos tornou-se também uma necessidade. Eis um outro tema sobre o qual o leitor pode comprazer-se em descobrir todos os exemplos que quiser. Mas há um fato que se deve ter bem presente: este desenvolvimento das necessidades se apresenta como *ilimitado*, já que é o próprio fato de que certas necessidades tenham sido satisfeitas que faz nascer novas necessidades. O homem, em suma, não se detém nunca. Se conseguiu construir casas que, bem ou mal, defendem-no do frio e do calor, do vento e da chuva, não se contenta mais com esta proteção pura e simples, e deseja que suas casas tenham certas comodidades, que com o passar do tempo tornam-se cada vez mais importantes. Se, mais em geral, conseguiu satisfazer de alguma maneira as necessidades mais imediatas, mais elementares, aquelas que dependem da sua vida animal, desejará depois satisfazer necessidades mais propriamente humanas, como as da cultura e da vida espiritual. As necessidades a satisfazer são impostas ou sugeridas ao homem por sua vida física, por seus gostos, por sua necessidade de viver em uma comunidade, pelo seu intelecto, pela sua fantasia e, quem sabe, pelas suas extravagâncias e pelos seus caprichos. E todas estas fontes por meio das quais as necessidades formam-se e manifes-

tam-se são estimuladas por as antigas necessidades. Não há lugar para a eventual falta de período no qual as necessidades são completamente satisfeitas, ou seja, deter-se, ou seja,

2) *Os meios necessários por somente em quantos menores do que a satisfação.*

Pode haver : problema de *co* imediatamente, *o* em quantidade *i* les têm os home certamente, um : cisamente a de r sidade absolutar normais, é imed tada em relação

Mas, em ge des humanas nã *tornar-se* dispon pecificamente *c* podem desenvc queles meios er homem é limita tais, limitada é : dispõe, limitado suas operações, que pode pôr s de humana, por tes (que, é bon

tam-se são estimuladas a produzir novas necessidades cada vez que as antigas tenham sido, em alguma medida, satisfeitas. Não há limite para este processo, nem se pode imaginar a eventualidade de que, na história, se chegue a um período no qual todas as necessidades possíveis sejam completamente satisfeitas, e no qual, por isso, o homem possa deter-se, ou seja, em essência, não viver mais.

2) *Os meios com que os homens satisfazem as próprias necessidades podem se tornar gradativamente disponíveis somente em quantidades limitadas*, isto é, em quantidades menores do que necessitariam para conseguir sua plena satisfação.

Pode haver meios em relação aos quais não se coloca o problema de *convertê-los* em disponíveis, porque já o são imediatamente, e pode acontecer que, neste caso, o sejam em quantidade ilimitada em relação à necessidade que deles têm os homens. O ar atmosférico é um destes casos: é, certamente, um meio de satisfazer uma necessidade — precisamente a de respirar — que é, além do mais, uma necessidade absolutamente essencial e, ao menos em condições normais, é imediatamente disponível em quantidade ilimitada em relação à própria necessidade.

Mas, em geral, os meios que satisfazem as necessidades humanas não são disponíveis imediatamente, e devem *tornar-se* disponíveis mediante uma atividade para isto especificamente dirigida. Ora, a atividade que os homens podem desenvolver para conseguir a disponibilidade daqueles meios encontra um limite no fato de que o próprio homem é limitado: limitadas são suas forças, físicas e mentais, limitada é a sua vontade, limitado é o tempo de que dispõe, limitado é o espaço que pode servir de palco para suas operações, limitados, enfim, são os recursos naturais que pode pôr sob seu próprio controle. A própria atividade humana, portanto, enquanto encontra todos esses limites (que, é bom repetir, não são mais que outras tantas

manifestações de um único limite de fundo, que é a limitação, a finitude própria da natureza humana) não pode nunca chegar a conseguir todos os meios de que necessitaria para uma completa satisfação de todas as necessidades possíveis em dado momento e de todas as que se podem desenvolver em consequência de terem sido satisfeitas as primeiras.

Ora, a compreensão das duas circunstâncias há pouco mencionadas — a saber, de um lado o caráter ilimitado das necessidades e, de outro, o caráter limitado dos meios que se podem tornar disponíveis para a satisfação daquelas necessidades — faz com que as ações dos homens impliquem necessariamente *escolhas*. Não sendo possível, dada a limitação dos meios, satisfazer completamente todas as necessidades, o homem deve continuamente escolher entre muitas possíveis linhas de ação: escolher uma em vez da outra significa escolher a obtenção de certos fins em vez de outros, e obtê-los numa certa medida em vez de numa outra, assim como usar certos meios em vez de outros, e usá-los numa certa proporção em vez de numa outra.

2. Para simplificar, é oportuno ilustrar esta particular característica da ação humana — isto é, a característica pela qual ela é necessariamente uma escolha — distinguindo dois casos: no primeiro caso, dada uma certa disponibilidade de meios, trata-se de escolher quais fins se pretende conseguir com estes meios dados; no segundo caso, dado um fim a alcançar, trata-se de decidir com que meios deve ser alcançado.

Imaginemos que um homem viva isolado, um Robinson Crusóé, por exemplo. Ele dispõe de uma certa quantidade de trabalho, obviamente limitada, com a qual deve satisfazer várias espécies de necessidades: a de alimentar-se, de vestir-se, de ter um abrigo, de construir ferramentas que tornem seu trabalho mais eficaz, e assim por diante. Deverá, por isso, decidir como subdividir sua limitada disponibilidade de trabalho entre as diversas operações capazes

de propiciar-lhes e, portanto, de uma escolha e

Em uma situação em que temos o melhor e o pior, portanto, mediante a troca em retribuição de salário. Este salário é limitado. A venda no mercado comprar e em ato de escolha

Quando não se pode obter os meios obtidos muitas: obras de justiça, previdência, alternativas tratadas procurar cons

Em todos os casos podem imaginar-se de um certo modo ou uma pessoa ou um certo modo de disponibilidade por ele meios serão a da melhor maneira das as situações segundo o pr

Agora com um certo fim, deseja satisfazer seguida que aquela satisfação indivíduo que vários gêneros

de propiciar-lhe os meios para a satisfação das várias necessidades e, portanto, só pode agir na medida em que efetue uma escolha entre várias alternativas possíveis de ação.

Em uma sociedade evoluída, na qual, como explicaremos melhor em seguida, existe divisão do trabalho, e na qual, portanto, cada um obtém os meios de que necessita mediante a troca, podemos imaginar um indivíduo que, em retribuição ao seu próprio trabalho, tenha recebido um salário. Este salário lhe dá uma disponibilidade, evidentemente limitada, sobre as mercadorias que se encontram à venda no mercado, e ele deverá decidir quais mercadorias comprar e em que quantidade, isto é, deverá exercer um ato de escolha.

Quando redige o orçamento de uma nação, seu governo deve escolher de que modo devem ser utilizados os meios obtidos através dos impostos. As alternativas são muitas: obras públicas, educação, defesa, administração da justiça, previdência social etc., e para cada uma destas alternativas trata-se de decidir se e em que medida deve-se procurar consegui-la.

Em todos estes casos, e em outros análogos que se podem imaginar, encontramos-nos em presença de um sujeito, de um *centro de decisões*, que pode ser uma simples pessoa ou um organismo coletivo, o qual, a partir de uma certa disponibilidade de meios, e diante de certas necessidades por ele sentidas, deve escolher de que modo aqueles meios serão utilizados para satisfazer aquelas necessidades da melhor maneira possível. Costuma-se dizer que, em todas as situações do tipo até aqui ilustrado, os homens agem segundo o princípio do *resultado máximo*.

Agora consideremos um sujeito que deseja alcançar um certo fim, ou seja, satisfazer uma certa necessidade, e deseja satisfazê-la em uma certa medida. Suponhamos em seguida que ele pode usar vários meios para conseguir aquela satisfação. Por exemplo, podemos pensar em um indivíduo que, para se alimentar, pode tornar disponível vários gêneros alimentícios, cada um dos quais pode ser

obtido com um certo dispêndio de trabalho, ou então com o gasto de uma certa parte de sua renda. Ou podemos pensar em um indivíduo que deve deslocar-se de uma a outra localidade e pode fazê-lo mediante meios de transporte diversos (trem, automóvel, avião), o uso de cada um deles comportando uma certa despesa. Ou ainda, em um indivíduo que, tendo decidido passar uma tarde de lazer, pode fazê-lo de várias maneiras (indo ao cinema, ao teatro, a uma partida de futebol, e assim por diante), cada uma das quais implicando um certo custo.

Se, em todos esses casos, as várias alternativas satisfazem a necessidade na mesma medida, a escolha será feita de modo que o emprego dos meios — representado pelo dispêndio de trabalho ou pelo gasto de renda disponível — seja o menor possível. Costuma-se dizer então, que, em todas as situações do tipo examinado, os homens agem segundo o princípio do *meio mínimo*.

Observe bem o leitor como tanto o princípio do resultado máximo quanto o do meio mínimo constituem regras de comportamento, regras de ação, apenas e justamente porque os meios são limitados. Com efeito: 1) não haveria sentido tornar máximo o resultado da própria ação, se os meios fossem ilimitados em relação às necessidades e, portanto, permitissem satisfazê-las de modo pleno e total; 2) não haveria sentido tornar mínimo o emprego dos meios requeridos para o cumprimento de uma certa ação, se a limitação dos meios em relação às necessidades não colocasse o problema de poupá-los para poder dedicá-los, na maior medida possível, a usos alternativos, isto é, a outras ações dirigidas a satisfazer outras necessidades.

Portanto, os dois princípios mencionados, o do resultado máximo e o do meio mínimo, não são senão duas maneiras de exprimir a mesma realidade, ou seja, que nas ações que os homens empreendem, para satisfazer suas necessidades, devem escolher entre várias possibilidades alternativas a fim de que a limitada disponibilidade dos

meios seja utilizada a melhor possível.

Dito isto, poder-se-á desenvolver toda a teoria da definição da utilidade. Sabemos, o problema a partir do qual a ciência econômica estuda a satisfação das necessidades, e como as escolhas em condições dadas podem tornar-se decisões.

Como se vê, o problema econômico é diferente no início deste capítulo do da moral, pois devem existir relações de que, por definição, ou devem ser essas relações ao qual podemos recorrer ao longo de

Aqui somente o problema econômico da ação é tratado pela ciência econômica enquanto método de economia política e ciência econômica

B.

3. Bem econômico satisfazer qualquer coisa disponível somente

meios seja utilizada para tornar a satisfação das necessidades a melhor possível.

Dito isto, podemos voltar ao problema que nos levou a desenvolver todas estas considerações, isto é, o problema da definição da ciência econômica, ou seja, como já sabemos, o problema da determinação do ponto de vista a partir do qual a ciência econômica considera o processo de satisfação das necessidades. Diremos agora que a *ciência econômica estuda as ações que os homens realizam para satisfazer suas necessidades enquanto estas ações comportam escolhas em consequência da limitação dos meios que podem tornar-se disponíveis para a satisfação dessas necessidades.*

Como se vê, o ponto de vista próprio da ciência econômica é diferente dos pontos de vista que mencionamos no início deste capítulo: é diferente do da tecnologia, do direito, do da moral. Que entre estes vários pontos de vista devem existir relações, fica claro com a simples consideração de que, por diferentes que possam ser, referem-se todavia à mesma realidade, que é a ação humana. Quais são ou devem ser essas relações, é um problema bastante difícil ao qual podemos fazer uma ou outra referência, e somente ao longo deste tratado.

Aqui somente queremos acrescentar que o aspecto econômico da ação humana vem geralmente examinado pela ciência econômica, tomando em consideração os homens enquanto membros de uma sociedade: daí o nome de *economia política* com o qual muito freqüentemente a ciência econômica é também designada.

B. Os bens econômicos.

3. *Bem econômico* é qualquer coisa que seja capaz de satisfazer qualquer necessidade e que pode ser tornada disponível somente em quantidade limitada.

A capacidade de satisfazer qualquer necessidade é também indicada abreviadamente, na ciência econômica, com a palavra *utilidade*. E considera-se que, para o uso da ciência econômica, ou seja, do ponto de vista econômico, a qualificação de *útil* atribuída a uma coisa não implica um julgamento de aprovação e não tem, portanto, o significado oposto ao de *nocivo*. Uma coisa pode bem ser nociva à saúde física, mental, psíquica ou espiritual do homem, mas quando há alguém que sente necessidade e constata a possibilidade de satisfazê-la mediante o uso da coisa em questão, então esta coisa é útil. O contrário de útil, por isso, em sentido econômico, não é nocivo mas *inútil*.

A *utilidade* e a *disponibilidade limitada* são, portanto, as duas características que tornam uma coisa um bem econômico. Para facilidade de expressão, as duas características mencionadas podem ser indicadas (por sugestão de um economista francês da segunda metade do século passado, Léon Walras, que foi um dos maiores na história do pensamento econômico) com uma única palavra: *escassez*. Diremos, portanto, que os bens econômicos são todas as coisas *escassas*.

Procederemos agora a algumas classificações dos bens econômicos. Como acontece com todas as classificações, também a exposição das que vamos ilustrar será inevitavelmente enfadonha. Todavia, considere o leitor que o estudo destas classificações é essencial para assimilar os termos que deveremos usar constantemente ao longo do presente tratado.

1) Uma primeira classificação é a que consiste em distinguir os bens econômicos em duas categorias: a dos bens *não-duráveis* e a dos *bens duráveis*.

Bens não-duráveis são aqueles que deixam de existir em consequência do simples uso que deles se faça. São bens duráveis, ao contrário, aqueles que podem ser submetidos a sucessivos usos antes de deixarem de existir, antes de se esgotarem. Por exemplo, o parecer dado por um advogado, uma visita médica, a lição dada por um pro-

fessor, um espetáculo, um serviço, são bens não duráveis: uma vez consumidos, não existem mais (isto não se aplica a bens duráveis, mas a bens não duráveis). Ao contrário, os bens duráveis são aqueles que existem antes e depois de serem consumidos (isto não se aplica a bens duráveis, mas a bens não duráveis). Por exemplo, o carvão, a madeira, o ferro, o ouro, o algodão, o petróleo, o gás, a eletricidade, a água, o ar, a luz, o calor, o frio, o som, o movimento, a vida, a saúde, a beleza, a honra, a fama, a riqueza, a liberdade, a paz, a justiça, a verdade, a ciência, a arte, a cultura, a civilização, a humanidade, o universo, são bens duráveis. Mas suponhamos que a fonte de energia para o desenvolvimento econômico, adquira o carvão substituindo aquilo que se usava para alimentar a população ou seis meses. As retiradas à medida de uma dessas retiradas, neste caso, o carvão, é uma coisa durável. Uma coisa durável é a maior parte dos bens econômicos, os bens duráveis ou não-duráveis, os estoques. Há, portanto, razões físicas para os bens duráveis.

2) Uma segunda classificação é a dos bens *duráveis* e os bens *não-duráveis*.

fessor, um espetáculo teatral são claramente bens não-duráveis: uma vez que deles se tenha feito uso, não existem mais (isto não significa, naturalmente, que seus efeitos sobre aqueles que deles fizeram uso, não possam ser bastante duradouros, mas estes efeitos são outros bens que existem porque existiram os primeiros, mas que não se identificam com eles). Ao contrário, uma casa, um móvel, um eletrodoméstico, um arado, uma máquina industrial são claramente bens duráveis, já que podem ser submetidos a usos repetidos antes de se tornarem imprestáveis. Além disso há bens — e são muitíssimos — que podem ser duráveis ou não duráveis, segundo o modo pelo qual os sujeitos econômicos procedam à sua aquisição. Consideremos, por exemplo, o carvão. É claro que uma certa quantidade de carvão, uma vez que foi utilizada, não existe mais como carvão e, neste sentido, trata-se de um bem não-durável. Mas suponhamos que uma empresa que usa o carvão como fonte de energia não adquira o carvão com continuidade, isto é, de acordo com a necessidade que se apresenta no desenvolvimento do processo produtivo, mas, ao contrário, adquira o carvão numa grande quantidade inicial, constituindo aquilo que se chama de *estoque*, que é destinado a alimentar a produção por um período, digamos, de três ou seis meses. Sobre este estoque se efetuarão, pois, as retiradas à medida que se manifeste a necessidade, e cada uma dessas retiradas é um uso que se faz do estoque. Neste caso, o carvão, *sob a forma de estoque*, é um bem durável. Uma consideração semelhante é relevante também para a maior parte dos bens de uso doméstico normal, por exemplo, os bens destinados à alimentação da família: são duráveis ou não-duráveis segundo constituam, ou não, os estoques. Há, naturalmente, alguns bens, ditos *perecíveis*, para os quais a constituição de estoques não é possível por razões físicas. São, portanto, necessariamente bens não-duráveis.

2) Uma segunda distinção é aquela entre os bens *presentes* e os bens *futuros*. Com esta denominação faz-se re-

de aço ou de plástico e seus assentos, podem ser revestidos de pano ou de couro. Uma noite de descanso pode ser passada no cinema ou em casa vendo televisão. Um arado pode ser puxado por um trator, por uma parelha de bois ou talvez por um burro. O fornecimento de energia elétrica pode ser feito por uma hidrelétrica, uma usina termelétrica ou uma usina nuclear. Eis alguns outros casos de bens substitutos.

4) Uma quarta e última distinção, da máxima importância econômica, é aquela entre os bens diretos e os bens indiretos.

Bens diretos são aqueles que podem ser diretamente utilizados para satisfazer uma necessidade. Os exemplos são por demais óbvios. Os gêneros alimentícios, os vestidos, as casas de moradia, os espetáculos, etc., são todos bens diretos.

Bens indiretos são aqueles que servem não para satisfazer diretamente necessidades, mas para obter outros bens (que podem ser bens diretos ou mesmo indiretos). Aqui também os exemplos são fáceis: as maquinarias industriais, as matérias-primas, os prédios agrícolas e industriais são alguns bens indiretos.

O que importa notar é que, em muitos casos, acontece que um bem pode ser direto ou indireto segundo o modo como é usado. A energia elétrica, por exemplo, é um bem direto se serve para a iluminação doméstica, e é um bem indireto para iluminação de uma fábrica ou de um escritório. É um bem direto se serve para fazer funcionar o aparelho de rádio de uma família, e é um bem indireto se serve para fazer funcionar a maquinaria de uma fábrica. Um mesmo navio, que transporte simultaneamente passageiros e carregue mercadorias, é um bem direto para os passageiros e um bem indireto para quem expediu as mercadorias. Um adubo químico é um bem direto para a dona-de-casa que cultiva suas próprias flores, e é um bem indireto para o agricultor.

Observe o leitor que as classificações expostas se aplicam, cada uma, a toda a massa dos bens econômicos e

que, portanto, cada bem coloca-se simultaneamente em todas elas. Assim, por exemplo, uma máquina atualmente em funcionamento numa fábrica é um bem durável, presente, indireto e complementar em relação, digamos, à matéria-prima com que trabalha. Uma reserva para teatro é um bem não-durável, futuro, direto e substituto em relação, digamos, a um espetáculo cinematográfico.

C. A riqueza: patrimônio e renda

4. Um conjunto de bens econômicos, disponíveis para um sujeito econômico ou para uma sociedade de sujeitos econômicos, chama-se *riqueza* daquele sujeito ou daquela sociedade.

A riqueza como conjunto de bens econômicos pode ser considerada de duas maneiras. Em primeiro lugar, pode-se fazer referência a um determinado momento do tempo (por exemplo, meia-noite de 31 de dezembro de 1966). O conjunto de bens econômicos disponíveis naquele momento para os vários sujeitos econômicos, ou para a sociedade como um todo, isto é, a riqueza existente naquele momento, toma o nome de *patrimônio* dos sujeitos ou da sociedade. Em segundo lugar, pode-se fazer referência a um determinado período de tempo (por exemplo, um mês ou um ano) e, da mesma forma, considerar o fluxo de bens que, durante aquele período, tornam-se disponíveis para os sujeitos ou para a sociedade como um todo, em consequência das atividades que desenvolvem. A riqueza considerada como *fluxo* de bens ao longo do tempo toma o nome de *renda* (mensal ou anual, segundo o período escolhido).

Para precisar melhor o conceito de riqueza, no seu duplo aspecto de patrimônio e renda, é útil considerar a distinção feita anteriormente entre bens duráveis e não-duráveis. Consideremos um bem durável, por exemplo, uma casa de moradia. Como dissemos, pode-se dela fazer

um uso repetido ela é classificada. Significa, como o de tempo significa. Diz-se que tempo é o *serviço*. Analogamente, a máquina industrial durante um ano está no lugar a um fluxo de períodos. Os serviços assim como o é basta refletir se durável formam aqueles que também, no que diz respeito ao contrato de locação de serviço mensal de compra-e-venda dita.

Isto posto não podem figurar de um certo período tornar os serviços de início do período bens duráveis durante o pró-

um uso repetido, e é precisamente este o motivo pelo qual ela é classificada entre os bens duráveis. Fazer uso da casa significa, como é óbvio, habitá-la. Usá-la por certo período de tempo significa habitá-la durante este período de tempo. Diz-se que o uso da casa por um certo período de tempo é o *serviço* prestado por aquela casa naquele período. Analogamente, o serviço (digamos anual) de uma máquina industrial é o uso que desta máquina se faz na fábrica durante um ano. Em geral, todos os bens duráveis dão lugar a um fluxo de *serviços* durante uma sucessão de períodos. Os serviços de um bem durável são bens econômicos assim como o é o próprio bem durável. Para convencer-se, basta refletir sobre o fato de que os serviços de um bem durável formam objeto de contratos específicos e distintos daqueles que têm por objeto o próprio bem durável: assim, no que diz respeito novamente à casa, uma coisa é o contrato de locação que tem precisamente por objetivo o serviço mensal ou anual da casa, e outra coisa é o contrato de compra-e-venda, que tem por objeto a casa propriamente dita.

Isto posto, é evidente que, enquanto no patrimônio não podem figurar os serviços de bens duráveis, na renda de um certo período figuram, além dos bens que durante o período tornam-se disponíveis pela primeira vez, também os serviços dos bens duráveis que estão disponíveis no início do período considerado, assim como os serviços dos bens duráveis que se tornam disponíveis pela primeira vez durante o próprio período.